



H0645

CADASTRO E REGULAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA: UM ESTUDO DE CASO

Ânderson Simões Costa (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon (Orientador),
Instituto de Economia - IE, UNICAMP

A indefinição sobre a propriedade da terra é um sério obstáculo para o desenvolvimento social e econômico de várias regiões do Brasil. Além de ser uma das origens da concentração de terras privadas, a falta de um cadastro de terras efetivo permite a especulação com terras, mecanismo indutor de grande parte dos problemas crônicos de uso e ocupação do solo na realidade brasileira. Pela importância do uso adequado e sustentável do solo, há a necessidade de uma regulação do mercado de terras por parte do Estado em conjunto com a sociedade, pois este não é auto-regulado. Neste trabalho, a partir da literatura e dados encontrados nos diversos meios, mostramos a necessidade de um cadastro de terras no Brasil, analisando a legislação em vigor. As leis brasileiras e decretos do INCRA que regulamentam o cadastro das propriedades agrícolas, dada a complexidade das exigências para este procedimento, tornam a atividade onerosa e a regulação inviável. O trabalho mostra alternativas para aumento da eficácia da legislação, por esta ser fundamental para políticas como reforma agrária, tributação efetiva e planejamento territorial rural. Foi feito, também, um estudo de caso do município paraense de São João da Ponta, que passou por um cadastramento seguindo as normas do INCRA, para estimar o custo e possibilidade de extrapolação da experiência realizada para outros municípios, a qual é provada inviável.

Reforma agrária - Cadastro - Regulação fundiária